

Quando Rockmann me mandou por e-mail uma versão quase final do livro, juntamente com o convite para escrever o prefácio, fiquei curioso e interrompi o que fazia para dar um “voo de helicóptero” sobre o texto. Minha intenção era dedicar apenas alguns minutos nessa incursão inicial. Mas fui fisgado pela eletrizante narrativa e fiquei horas absorto na leitura.

O leitor encontrará uma narrativa vibrante sobre acertos e desacertos do setor elétrico no passado recente. O relato não é uma descrição da luta de mocinhos contra bandidos e sim uma didática exposição sobre as encruzilhadas do setor e o racional das teses divergentes.

Quando ingressei no Setor Elétrico, nos anos 70 do século passado, a governança do setor era relativamente simples: a Eletrobrás exercia o controle quase total, com participação coadjuvante das grandes empresas estaduais, no âmbito do GCOI e do CGPS.

A primeira reforma, ocorrida duas décadas depois, desverticalizou o setor, incentivou a competição onde possível (geração e comercialização), criou a ANEEL principalmente para regular os monopólios naturais (transmissão e distribuição) e iniciou o processo de privatização. No outro lado da moeda, a governança ficou mais complexa.

Ainda antes da reforma, e nos primeiros anos subsequentes, a expansão da geração não funcionou a contento: as usinas hidroelétricas produziram mais energia do que poderiam fazê-lo de forma sustentável, devido a lastros superestimados. Os reservatórios esvaziaram e chegamos ao racionamento de 2001, tema central desse livro.

O presidente FHC constatou que a multifacetada governança do setor pós-reforma não teria condições, até pela inexperiência, de lidar com a miríade de problemas associados ao racionamento. Por isso criou o Comitê de Gestão da Crise- CGE, sob a competentíssima liderança de Pedro Parente.

Num retrospecto, Parente explicou que “uma comunicação clara, honesta e transparente com a sociedade foi essencial no enfrentamento do problema... Era essencial mostrar à população a gravidade do problema e buscar a colaboração de todos... as decisões da Câmara seriam terminativas e, uma vez tomadas, seriam implementadas com rapidez” (Vencendo a crise de energia, prólogo do livro “20 anos do mercado de energia elétrica”, CCEE, 2018).

Vencida a crise do racionamento, a CGE dedicou-se à solução das pendências intrasetoriais (por exemplo, disputa em torno do Anexo V, que resultou no Acordo Geral do Setor) e à elaboração das propostas para revitalizar o setor, a partir das lições do racionamento. Daí nasceram os bem-sucedidos leilões para a contratação de longo prazo entre geradoras e distribuidoras, com limites impostos pelos correspondentes lastros energéticos.

O trabalho da CGE foi aproveitado na segunda reforma do setor, realizada em 2004. Quase duas décadas depois, o Congresso Nacional discute atualmente propostas legislativas que nasceram da Consulta Pública 33, realizada pelo MME em 2018.

Será a terceira reforma do setor num período de quase 25 anos. Como interpretar? Não conseguimos ainda “acertar a mão” do setor? Ou, ao contrário, as circunstâncias têm mudado e, como diria Keynes, “quando os fatos mudam, mudamos de opinião”?